



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE
ANANINDEUA FACULDADE DE HISTÓRIA**

ANDREIA BRITO LUCAS COSTA

ÀS MARGENS DO “PROGRESSO”:

Impactos socioambientais da construção da hidrelétrica de Tucuruí-PA na
comunidade quilombola Araquembaua (1974-1994)

ANANINDEUA - PA

2026

ÀS MARGENS DO “PROGRESSO”:

Impactos socioambientais da construção da hidrelétrica de Tucuruí-PA na comunidade quilombola Araquembaua (1974-1994)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837a Costa, Andreia.
Às margens do "progresso": : Impacto socioambientais da
construção da hidreletrica de tucurui- Pa na comunidade
quilombola Araquembaua (1974-1994). / Andreia Costa. — 2026.
23 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Professor Doutor Francivaldo Alves
Nunes

Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Curso de História,
Ananindeua, 2026.

1. comunidades quilombola; impactos socioambientais;
Usina hidrelétrica de tucuruí; memória; Amazônia.. I. Título.

CDD 907.2

FICHA DA BIBLIOTECA A SER INCORPORADA FOLHA PARA BANCA – A SER INCORPORADO **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, que esteve presente em todos os momentos da minha vida, concedendo-me força, sabedoria e perseverança para seguir adiante, mesmo diante das dificuldades. Foi pela fé que encontrei coragem para não desistir e esperança para acreditar que este sonho seria possível.

Aos meus familiares, expresso minha profunda gratidão pelo apoio incondicional ao longo de toda essa trajetória. Em especial, agradeço ao meu pai, Raimundo Lucas, e à minha mãe, Maria Auxiliadora, pelas orações constantes, pelo incentivo diário e por sempre acreditarem na realização deste sonho. O amor, a confiança e os ensinamentos de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo, José Maria, agradeço a parceria, paciência e compreensão em todos os momentos, principalmente nos dias mais difíceis. Aos meus filhos, Thiago e João, minha eterna gratidão pelo carinho, apoio e motivação. Vocês foram minha maior fonte de inspiração, tornando essa caminhada mais significativa e cheia de propósito.

Ao meu orientador, professor Francivaldo Nunes, registro meus sinceros agradecimentos pela paciência, dedicação e comprometimento durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Suas orientações, contribuições e incentivo foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e para a concretização deste estudo.

Reconheço que foram dias desafiadores, marcados por esforços, renúncias e superações. Não foi um percurso fácil, mas foi, acima de tudo, um período de grandes aprendizagens, amadurecimento pessoal e acadêmico. Cada dificuldade enfrentada contribuiu para fortalecer minha determinação e ampliar meus conhecimentos.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa caminhada, deixo meu muito obrigada. Esta conquista não é apenas individual, mas coletiva. Como mulher preta quilombola, celebro esta vitória com orgulho, pois ela representa resistência, ancestralidade e esperança. O Quilombo de Araquembaua tem agora mais uma professora formada, reafirmando que a educação também é um instrumento de luta, pertencimento e transformação social.

ÀS MARGENS DO “PROGRESSO”: Impactos socioambientais da construção da hidrelétrica de Tucuruí-PA na comunidade quilombola Araquembaua (1974-1994)

Andreia Brito Lucas Costa¹

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa os impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará, sobre a comunidade quilombola Araquembaua, localizada no município de Baião, no período compreendido entre 1974 e 1994. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método da História Oral, articulando entrevistas com moradores da comunidade, documentação institucional, registros da imprensa e bibliografia especializada. Os resultados indicam que a comunidade Araquembaua sofreu impactos significativos em seus modos de vida, especialmente no acesso ao território, na pesca, na agricultura e nas relações socioculturais. Contudo, o estudo evidencia que os sujeitos não foram passivos diante dessas transformações, desenvolvendo estratégias de adaptação, resistência e negociação frente às ações do Estado. Ao valorizar as memórias e narrativas locais, o trabalho contribui para o debate historiográfico sobre grandes empreendimentos na Amazônia, problematizando a noção de progresso e destacando os efeitos socioambientais de projetos hidrelétricos sobre comunidades quilombolas.

¹ FICHA A SER MONTADA

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Impactos Socioambientais; Usina Hidrelétrica de Tucuruí; Memória; Amazônia.

ON THE MARGINS OF “PROGRESSO”: Socio-environmental impacts of the construction of the Tucuruí-PA hydroelectric plant on the Araquembaua quilombola community (1974-1994)

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the socio-environmental impacts resulting from the construction of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant in the state of Pará on the quilombola community of Araquembaua, located in the municipality of Baião, between 1974 and 1994. The research adopts a qualitative approach, based on the Oral History method, combining interviews with community residents, institutional documentation, press records, and specialized bibliography. The results indicate that the Araquembaua community suffered significant impacts on their way of life, especially in access to territory, fishing, agriculture, and socio-cultural relations. However, the study shows that the subjects were not passive in the face of these transformations, developing strategies of adaptation, resistance, and negotiation in the face of state actions. By valuing local memories and narratives, the work contributes to the historiographical debate on large-scale projects in the Amazon, problematizing the notion of progress and highlighting the socio-environmental effects of hydroelectric projects on quilombola communities.

Keywords: Quilombola Communities; Socio-environmental Impacts; Tucuruí Hydroelectric Power Plant; Memory; Amazon.

Introdução

Nas últimas décadas, as questões ambientais tornaram-se centrais nos debates acadêmicos, políticos e sociais, sobretudo diante do avanço de grandes empreendimentos de infraestrutura e de seus efeitos sobre populações locais. (PÁDUA, 2010). Na Amazônia brasileira, tais discussões ganham contornos específicos, uma vez que a região foi historicamente concebida, especialmente a partir da segunda metade do século XX, como espaço estratégico para projetos de desenvolvimento econômico baseados na exploração intensiva de seus recursos naturais. (BECKER, 2005).

Nesse contexto, a implantação de grandes obras, como rodovias, projetos minerários e usinas hidrelétricas, passou a ser justificada pelo discurso do progresso, da integração nacional e da modernização, frequentemente em detrimento das dinâmicas sociais, ambientais e culturais das populações tradicionais que habitavam esses territórios. (BECKER, 2005).

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada em 1974, inserese diretamente nesse cenário. Idealizada durante o regime civil-militar, a hidrelétrica foi apresentada como um marco do desenvolvimento regional e da ampliação da matriz energética nacional. No entanto, ao longo de sua implantação e operação, o empreendimento provocou profundas transformações no rio Tocantins e em seu entorno, impactando não apenas o município de Tucuruí, mas diversas comunidades situadas em áreas direta e indiretamente afetadas pelo barramento. (PIRATOBA, 2004). Entre essas comunidades, encontra-se o quilombo de Araquembaua, localizado no município de Baião, no estado do Pará, cujas experiências e memórias acerca desse processo ainda são pouco exploradas pela historiografia.

Dessa forma, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí) sobre a comunidade quilombola Araquembaua, no período compreendido entre 1974 e 1994. Busca-se compreender como as transformações ambientais e territoriais influenciaram os modos de vida, as práticas produtivas, as relações sociais e culturais da comunidade, bem como identificar as estratégias adotadas pelos sujeitos locais

diante das imposições e mediações promovidas pelo Estado e por seus agentes. Ao privilegiar um recorte temporal que abrange desde o início da construção da usina até as décadas subsequentes à sua consolidação, o trabalho permite observar tanto os impactos imediatos quanto os efeitos prolongados desse empreendimento.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, articulando o método da História Oral com o uso de fontes documentais, como relatórios institucionais, registros da imprensa e bibliografia especializada. As memórias dos moradores da comunidade quilombola Araquembaua constituem elemento central da análise, uma vez que possibilitam acessar experiências, percepções e narrativas frequentemente ausentes dos documentos oficiais. Nesse sentido, a memória é compreendida não apenas como registro do passado, mas como campo de disputas e significados, no qual se confrontam diferentes versões sobre o progresso, o desenvolvimento e os impactos provocados por grandes obras na Amazônia.

Ao dialogar com os conceitos de povos e comunidades tradicionais, atingidos por barragens, progresso e impactos socioambientais, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os limites do modelo desenvolvimentista adotado no período analisado. Ao mesmo tempo, busca evidenciar que a comunidade quilombola Araquembaua não se constituiu como sujeito passivo diante das transformações impostas pela construção da hidrelétrica, mas desenvolveu formas de resistência, adaptação e negociação, reafirmando sua identidade coletiva e seus vínculos territoriais. Assim, a pesquisa contribui para o campo da História Ambiental e Social, ampliando o debate sobre os efeitos dos grandes projetos na Amazônia e valorizando as vozes e experiências de comunidades historicamente marginalizadas.

Desse modo, este trabalho está dividido em quatro partes principais. A introdução apresenta o tema, o problema de pesquisa, os objetivos, o recorte temporal e espacial, bem como os procedimentos metodológicos adotados ao longo do estudo. Em seguida, o desenvolvimento concentra a análise do objeto de pesquisa, articulando o debate teórico sobre os grandes projetos na Amazônia e o modelo desenvolvimentista com o estudo de caso da Usina Hidrelétrica de

Tucuruí e seus impactos socioambientais sobre a comunidade quilombola Araquembaua, a partir da bibliografia especializada e das fontes orais. As considerações finais retomam os objetivos propostos, sistematizam os principais resultados alcançados e apresentam reflexões críticas sobre os efeitos do empreendimento, além de indicar possibilidades para investigações futuras. Por fim, as referências reúnem as obras e documentos utilizados.

Grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí: Progresso, impactos socioambientais e populações atingidas

Era início da década de 1970 quando o rio Tocantins passou a ser anunciado, nos discursos oficiais, como promessa de futuro. Em meio ao avanço do regime civil-militar, técnicos, engenheiros e autoridades projetavam sobre suas águas a imagem de uma Amazônia moderna, integrada e produtiva. O curso do rio, até então marcado por ritmos próprios, por deslocamentos cotidianos e por formas tradicionais de subsistência, passou a ser reinterpretado como força energética a ser dominada. A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí emergia, assim, como símbolo de um tempo em que o desenvolvimento era apresentado como destino inevitável e o progresso, como justificativa para a reorganização profunda dos territórios e das vidas que deles dependiam.

Assim sendo, a implantação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira constitui um dos eixos centrais das políticas estatais de desenvolvimento implementadas ao longo da segunda metade do século XX. Nesse período, especialmente durante o regime civil-militar, a região passou a ser concebida como espaço estratégico para a expansão econômica nacional, fundamentada na exploração intensiva de seus recursos naturais. (CAMPOS, 2019). Conforme analisa Becker (2005), a Amazônia foi incorporada ao planejamento estatal a partir de uma lógica geopolítica e desenvolvimentista, na qual grandes obras passaram a desempenhar papel central na integração territorial e na modernização econômica do país.

O conceito de progresso, amplamente mobilizado nesse contexto, esteve associado à ideia de avanço técnico, crescimento econômico e ampliação da infraestrutura, sendo frequentemente apresentado como sinônimo de bem-estar

coletivo. (PÁDUA, 2010). Contudo, essa a noção de progresso adotada em projetos dessa natureza desconsiderou, em grande medida, os custos sociais e ambientais decorrentes da intervenção humana sobre a natureza e na Amazônia, estes caracteres produziram profundas contradições, uma vez que o avanço material prometido coexistiu com processos de degradação ambiental e de desestruturação de modos de vida tradicionais. (PÁDUA, 2010).

Ademais, associado ao progresso, esta filosofia de “desenvolvimento” assumiu caráter marcadamente econômico e tecnocrático. Araújo (2009) destaca que o modelo desenvolvimentista adotado pelo Estado brasileiro priorizou grandes empreendimentos como motores do crescimento regional, sem garantir a participação efetiva das populações locais nos processos decisórios. Esse padrão de modernização autoritária resultou na imposição de projetos que redefiniram territórios e relações sociais, frequentemente à revelia das comunidades que neles viviam. A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, nesse sentido, tornou-se expressão concreta dessa lógica.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, cuja construção teve início em 1974, no rio Tocantins, insere-se plenamente nesse modelo. Concebida como um dos maiores projetos energéticos do país, a hidrelétrica foi apresentada pelo Estado como símbolo do desenvolvimento regional e da ampliação da matriz energética nacional. (PIRATOBA, 2014). Entretanto, os efeitos da barragem extrapolaram a produção de energia elétrica, provocando transformações profundas no ambiente natural e nas dinâmicas sociais ao longo da bacia do Tocantins. A formação do reservatório alterou o regime do rio, afetando ecossistemas, áreas de uso comum e práticas produtivas tradicionais. (PIRATOBA, 2014). Atingindo, ao menos, os municípios de Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, onde situase a Comunidade Araquembaua, e Baião, na área jusante, isto é, área abaixo da barragem, no curso do rio Tocantins, em contraponto a área montante, acima da barragem onde se forma o lago da usina, área alagada, nas proximidades de Tucuruí, Jacundá e Novo Repartimento, conforme a figura 1.

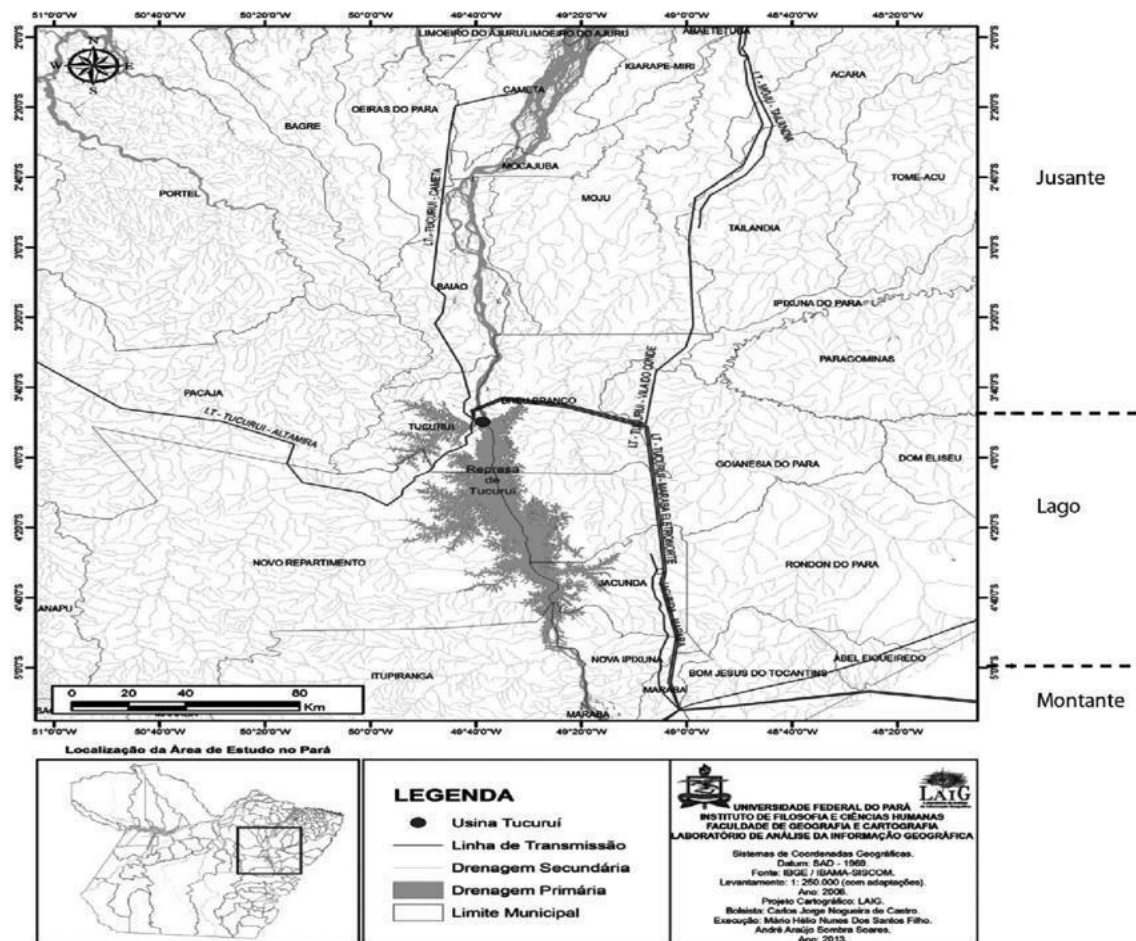


Figura 1 – Localização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no baixo rio Tocantins, estado do Pará Fonte: Homma et al. (2014).

Sendo assim, embora em desafios, por vezes, distintos, áreas inundadas ou jusante convergem em direção ao enfrentamento de mudanças decorrentes da construção da UHE Tucuruí. Essas transformações evidenciam a centralidade do conceito de impactos socioambientais para a análise de grandes empreendimentos na Amazônia. De acordo com Araújo e Moret (2016), os impactos socioambientais correspondem ao conjunto de mudanças provocadas pela ação humana sobre o meio ambiente e a sociedade, afetando simultaneamente os recursos naturais e as formas de organização social.

A compreensão desses impactos exige, ainda, o alargamento da noção de atingidos por barragens. Santos (2015) argumenta que os sujeitos atingidos não se restringem às populações removidas das áreas inundadas, mas incluem todos aqueles que sofrem perdas materiais, territoriais, simbólicas e culturais em

decorrência do empreendimento. Essa perspectiva permite reconhecer que comunidades situadas fora da área diretamente alagada também foram profundamente afetadas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ainda que muitas vezes, possam ter sido invisibilizadas pelos discursos oficiais e pelos processos de compensação estatal.

No caso de Tucuruí, tais impactos manifestaram-se por meio da alteração da dinâmica fluvial, da redução da biodiversidade, da reorganização da pesca artesanal e da redefinição dos territórios tradicionalmente ocupados por comunidades ribeirinhas e quilombolas. (PIRATOBA, 2004).

É nesse quadro que se insere a comunidade quilombola Araquembaua, localizada no município de Baião, às margens do rio Tocantins, cerca de 200km da barragem da UHE Tucuruí. Embora não tenha sido alvo de remoção direta, Araquembaua passou a vivenciar transformações significativas em seus modos de vida a partir da construção da hidrelétrica. A alteração do curso do rio, a redução da disponibilidade de recursos naturais e a instabilidade ambiental impactaram práticas centrais para a reprodução social da comunidade, como a pesca e a agricultura, além de reconfigurarem a relação histórica estabelecida com o território, até mesmo sua ocupação e desocupação.

Memória, rio e território: Olhares sobre os impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na comunidade quilombola Araquembaua

Basilar os esforços de reflexão sobre uma comunidade tradicional, no interior do estado do Pará, ao menos, acerca de Araquembaua, tornou-se inicialmente um exercício custoso. Pouca documentação oficial, que ao menos cita-se a localidade, nenhum registro de jornal na Biblioteca nacional e inicialmente nenhuma reflexão acadêmica encontrada, em pesquisa na internet. Araquembaua parece não existir, aos moldes de uma historiografia “tradicional”, na tradição arquivística-documental, privilegiando o documento escrito como fonte legítima da análise histórica (LE GOFF, 1990).

Contudo, é também da teoria historiografia que somos forçados a pensar na importância do não “registrado”, das lacunas existentes entre quem escreve e

pode escrever, daqueles que não possuem ou não possuíram esse privilégio. Registrar a memória dos sujeitos históricos é reconhecer que o passado não se esgota nos documentos oficiais. (THOMPSON, 1992).

À Vista disso, a compreensão dos impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí sobre a comunidade quilombola Araquembaua, nesse labor, perpassou escuta atenta das memórias daqueles que viveram as transformações impostas ao território. Mais do que registrar eventos, este momento busca entrelaçar as narrativas dos moradores com o debate bibliográfico pertinente, reconhecendo a História Oral como metodologia capaz de revelar sentidos, experiências e interpretações construídas no cotidiano. Ao articular as vozes locais com a produção acadêmica sobre grandes projetos, populações tradicionais e impactos socioambientais na Amazônia, o texto propõe uma leitura que não separa memória e análise, mas as compreende como dimensões complementares de um mesmo processo histórico. Nesse movimento, as lembranças, silêncios e avaliações dos entrevistados tornam-se fundamentais para problematizar o discurso do progresso e para compreender como os efeitos da hidrelétrica foram vividos, negociados e reinterpretados pela comunidade ao longo do tempo.

Desse modo, caminhando nesta direção, este tópico está em diálogo entre registros primários e trabalhos acadêmicos, mas também, na oportunidade de registrar a memória de 5 moradores da comunidade, presentes desde a implantação da usina e que puderam ceder testemunho a partir de 5 questões, são elas: 1) Como era a vida da comunidade antes da construção da Usina de Tucuruí? Visando reconstruir memórias anteriores a construção da barragem, 2) O que a senhora / o senhor lembra sobre o período em que começaram a falar da construção da usina? Como essa notícia chegou até a comunidade? Verificando a circulação de informações e a possível intervenção do Estado no local, 3) Depois da construção da usina, o que mudou na vida da comunidade e na relação com o rio Tocantins? Desejando verificar a percepção dos moradores sobre os impactos concretos, 4) Diante dessas mudanças, o que a comunidade fez para continuar vivendo aqui? Houve alguma forma de adaptação, luta ou negociação? Buscando possíveis agências e estratégias, 5) Hoje, olhando para trás, como a senhora / o senhor avalia a construção da Usina de Tucuruí para a

comunidade de Araquembaua? Objetivando trabalhar memória, significado e interpretação do passado.

A fim de preservar as identidades dos entrevistados, mas caracterizá-los para a essencial reflexão sobre seus lugares de fala, necessários para o trabalho historiográfico, utilizaremos nomes fictícios para apresentá-los. Entre homens e mulheres, entre 60 e 80 anos, residentes antes do início da construção ou recémchegados á época da edificação, em comum, todos desejaram responder com boa vontade todos os questionamentos, ainda que, por vezes, foi necessárias pequenas explicações para a elucidação das perguntas pelos ouvintes, constituindo uma entrevista semiaberta e semiestruturada.

Acerca da primeira problemática, isto é, as memórias sobre o período anterior à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí revelam uma comunidade profundamente integrada ao rio Tocantins, cuja dinâmica organizava o trabalho, a alimentação e o cotidiano. Alexandre, morador desde a década de 1960, relembra que a pesca fazia parte da rotina diária, realizada com o pai e os tios, indicando não apenas uma atividade econômica, mas um saber transmitido entre gerações, desde quando “tenho lembranças de existir”. Rosália, 65 anos, presente a partir da década de 80, ao descrever a fartura de peixe e frutas, reforça a ideia de um território capaz de garantir autonomia alimentar, ainda que ausente de serviços urbanos. “Antes aqui era muito bom, ainda é. Quando vim pra cá tudo era tranquilo, tinha peixe, frutas, fartura. Não tinha as tecnologias de hoje, mas era um lugar bom.” (Entrevistada Rosália).

A análise das narrativas de Alexandre e Rosália evidencia uma convergência fundamental em torno da percepção de que o período anterior à efetivação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí era qualitativamente melhor para a comunidade de Araquembaua. Embora possuam trajetórias distintas — Alexandre vivendo na comunidade desde a década de 1960 e Rosália chegando já no contexto inicial da construção da usina — ambos constroem uma memória que reconhece a existência de uma ruptura profunda associada à implantação do empreendimento. A referência de Alexandre à pesca como prática cotidiana e transmitida entre gerações, assim como a ênfase de Rosália na fartura e na tranquilidade do lugar, indicam que, antes da usina, o território possibilitava

autonomia alimentar e estabilidade nos modos de vida. Mesmo quando Rosália afirma que “ainda é” um lugar bom, sua fala se estrutura a partir de uma comparação implícita, na qual o passado aparece como referência de abundância e equilíbrio, contrastando com as transformações posteriores. Dessa forma, as memórias dos entrevistados não apenas reconstroem um tempo anterior, mas atribuem sentido histórico às mudanças vividas, reconhecendo a construção da usina como um marco de ruptura nas relações entre a comunidade, o rio Tocantins e suas formas tradicionais de existência.

Caminhos semelhantes percorreram os demais entrevistados, Maria, 70 anos: “antes aqui era capoeira, não tinha luz, não tinha internet, não tinha transporte, tinha peixe, plantação, coisas boas também, isso se perdeu.” A notável convergência e divergência de memórias se notabiliza. A última entrevistada traz à tona a existência de um tempo aparentemente mais difícil, que os primeiros analisados, como trás, o reforço de uma época para os moradores em que a natureza se mostrava mais abundante.

Essas falas evidenciam aquilo que Loureiro (2004) define como uma territorialidade ribeirinha amazônica, na qual o rio não é apenas um recurso natural, mas um eixo estruturante da vida social. Acevedo Marin e Castro (1998), ao analisarem comunidades tradicionais no Pará, destacam que o território é vivido como um conjunto de relações entre pessoas, natureza e memória. Assim, ao reconstruir esse passado, os entrevistados não apenas descrevem condições materiais, mas afirmam uma forma específica de existência, cuja ruptura ajuda a medir a profundidade dos impactos da hidrelétrica e centraliza o rio (por vezes, o “peixe”), como fator primordial de suas existências naquele espaço.



Figura 2 – Vista do Rio Tocantins para Araquembaua

Fonte: Desconhecido (S.d)

Quando os moradores narram como tomaram conhecimento da construção da usina (Questão 02), emerge um cenário marcado por desinformação e circulação informal de notícias. Ricardo, 63 anos, relata que as informações vinham principalmente de parentes que se deslocavam para Tucuruí, onde o discurso dominante era o do crescimento urbano e da geração de empregos. Maria, 70 anos, lembra que se comentava, ao mesmo tempo, sobre a possibilidade de o rio desaparecer ou de a região ser inundada, revelando o clima de incerteza que marcou o período. Alexandre é o único a mencionar o rádio como uma das poucas fontes institucionais de informação, ainda assim insuficiente para esclarecer os impactos reais da obra.

A forma como os moradores de Araquembaua tomaram conhecimento da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí revela um processo marcado pela precariedade do acesso à informação e pela ausência de canais institucionais de diálogo. As narrativas indicam que as informações sobre o empreendimento circularam majoritariamente por redes informais, como parentes e conhecidos que se deslocavam até Tucuruí, o que contribuiu para a disseminação de um discurso seletivo, centrado sobretudo nas promessas de crescimento urbano e geração de empregos. Nesse contexto, o conteúdo da informação recebida não refletia os possíveis impactos socioambientais sobre as comunidades ribeirinhas,

mas reproduzia a narrativa oficial do progresso, amplamente difundida nos centros urbanos. (BECKER, 2005).

A lembrança de Maria sobre os rumores de inundação e desaparecimento do rio evidencia um ambiente de incerteza e insegurança, no qual a ausência de informações claras favorecia o surgimento de boatos e interpretações fragmentadas. Conforme explorado na figura 1, Araquembaua situa-se na área não inundada pelo projeto da usina. O fato de Alexandre ser o único a mencionar o rádio como fonte de informação institucional reforça a ideia de que o Estado esteve pouco presente no processo de comunicação com a comunidade, limitando-se a meios que não dialogavam diretamente com as populações afetadas. Assim, o acesso à informação ocorreu de forma desigual e incompleta, aprofundando a distância entre o discurso técnico-político que justificava a obra e a realidade vivida pelos moradores.

Essa dinâmica confirma análises de autores que apontam que grandes projetos implantados na Amazônia, como Tucuruí, foram conduzidos sob uma lógica autoritária e centralizadora, na qual a participação social e a transparência informacional eram praticamente inexistentes (BECKER, 2005; IANNI, 1979). A maneira como os moradores descobriram a usina não apenas evidencia falhas comunicacionais, mas revela um padrão de exclusão histórica das comunidades tradicionais dos processos decisórios, contribuindo para que a hidrelétrica fosse percebida, desde seu anúncio, como algo distante, incerto e imposto.

As falas sobre as mudanças após a construção da usina concentram-se, de forma recorrente, na transformação do rio Tocantins e na crise da pesca artesanal (Questão 03). Alexandre afirma que “o rio baixou e nunca mais foi o que era”, enquanto Maria destaca alterações na temperatura da água e o desaparecimento de espécies de peixes. Ricardo descreve um processo gradual de escassez, no qual o peixe foi diminuindo conforme a barragem avançava. Rosália reforça que, logo nos primeiros anos, a queda da pesca afetou diretamente quem dependia dela para comer e vender, “Logo nos primeiros anos impactou muito quem vivia da pesca, porque caiu muito a produção e muita gente vivia disso, comia e vendia, foi um período difícil e a gente teve que se ajudar”.

Esses relatos dialogam diretamente com a produção acadêmica amazônica. Piratoba (2004) demonstra que a UHE Tucuruí alterou o pulso hidrológico do rio Tocantins, comprometendo os ciclos de reprodução dos peixes. Homma et al. (2014) evidenciam uma redução significativa da biodiversidade ictiológica a jusante da barragem, afetando especialmente comunidades ribeirinhas. Furtado (2006) acrescenta que a interrupção das rotas migratórias de espécies comprometeu a base alimentar dessas populações. Assim, quando o entrevistado Pedro, 73 anos, residente desde a década de 50 relata “Mudou que muita gente que morava aqui, principalmente os mais novos foram pra Tucuruí trabalhar, aqui mesmo na vila a pesca caiu, algumas tipos de peixe sumiram e nós teve que ir pra plantão e comprar por fora pra ter em casa”.

Em conjunto, as narrativas dos moradores de Araquembaua revelam que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí produziu uma ruptura profunda na dinâmica socioambiental do rio Tocantins, cujos efeitos foram sentidos de maneira direta na pesca artesanal e, conseqüentemente, nos modos de vida da comunidade. A recorrência das referências à diminuição do nível do rio, à alteração da temperatura da água e ao desaparecimento de espécies de peixes indica que os impactos não foram pontuais, mas estruturais e duradouros. Ao dialogarem com a produção acadêmica amazônica, essas memórias confirmam que a alteração do pulso hidrológico e a interrupção das rotas migratórias comprometeram a base ecológica que sustentava a subsistência ribeirinha.

A queda da pesca, narrada como um processo contínuo desde os primeiros anos da usina, desencadeou transformações sociais significativas, como a migração de moradores para Tucuruí em busca de trabalho e a necessidade de recorrer à compra de alimentos antes obtidos diretamente do rio. Dessa forma, a perda dos peixes não se limita a um impacto ambiental, mas se configura como um fator central de desestruturação territorial, econômica e cultural, evidenciando que os custos do empreendimento recaíram de forma desigual sobre comunidades tradicionais situadas a jusante do barramento.

Diante dessas transformações, os moradores de Araquembaua desenvolveram diferentes estratégias para continuar vivendo no território. A questão 4, é essencial no recorte desta memória. Pedro relata tentativas de diálogo com vereadores e prefeitos, ainda que marcadas pela frustração de não

serem ouvidos. Alexandre lembra que, em períodos de maior dificuldade, a comunidade buscava apoio político, especialmente em épocas eleitorais, quando recebiam cestas básicas ou auxílios pontuais. Maria e Rosália mencionam deslocamentos até a cidade para reivindicar melhorias e minimizar os impactos sobre os pescadores.

Acerca disso, os entrevistados se posicionam. Pedro: “A gente se mobilizou algumas vezes, atrás de reunião com vereador, prefeito, mas pouca coisa foi feita mesmo, quase não ouviram a gente.”. Alexandre: “No tempo ruim da seca a gente ia atrás de político, época de eleição então... aí distribuíam cesta básica, às vezes davam dinheiro, passagem. A gente chegou a ir à cidade fazer reunião e depois fechamos a rua pra trazer energia para cá também, no tempo do Lula. Maria: “A gente tentou falar com uns pessoais, político, liderança, chegamos a ir à cidade fazer um barulho e aí conseguimos um dinheiro e umas promessas de melhoria, que a gente não ia ser impactado.” Rosália “A gente correu atrás de político, de liderança, fizemos um barulho na cidade e tentamos nos ajudar pra impactar menos, principalmente quem era pescador. Ricardo: “A gente se mobilizou, tentou ir lá na prefeitura, mas não teve muita conversa.”

Essas práticas revelam formas de agência que, embora limitadas, demonstram a capacidade de organização comunitária. Acevedo Marin (2002) analisa que comunidades atingidas por grandes projetos no Pará frequentemente recorrem a estratégias híbridas, combinando mobilização coletiva, negociação institucional e solidariedade interna. Scott (2002) interpreta essas ações como formas cotidianas de resistência, nas quais os sujeitos enfrentam a dominação de maneira possível. As entrevistas mostram que, mesmo diante da assimetria de poder, Araquembaua buscou afirmar seu direito de permanecer no território.

Em síntese, as narrativas revelam que, diante das transformações impostas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, os moradores de Araquembaua desenvolveram estratégias diversas para permanecer no território, ainda que inseridos em relações profundamente assimétricas. As tentativas de diálogo com o poder público, as mobilizações na cidade e as ações coletivas em momentos de crise demonstram que a comunidade não permaneceu passiva, mas buscou formas possíveis de enfrentamento e adaptação. Embora marcadas por frustrações e resultados limitados, essas práticas evidenciam uma agência

construída no cotidiano, baseada na negociação, na solidariedade interna e na resistência possível, reafirmando o vínculo da comunidade com seu território e seus modos de vida.

Ao avaliarem retrospectivamente a construção da Usina de Tucuruí, os entrevistados elaboram uma memória predominantemente crítica (Questão 05). Alexandre afirma que, apesar dos empregos gerados, era melhor “viver bem no simples” do que perder o peixe e o rio limpo. Ricardo destaca a desigualdade entre cidade e vila, afirmando que os benefícios se concentraram em Tucuruí, enquanto Araquembaua passou a conviver com energia cara e escassez de recursos. Rosália reforça essa contradição ao questionar o alto custo da energia elétrica mesmo estando próxima à barragem.

Essas avaliações evidenciam aquilo que Costa (2010) define como a lógica excludente do desenvolvimento amazônico, no qual os custos socioambientais recaem sobre comunidades tradicionais, enquanto os benefícios são apropriados por centros urbanos e grandes empreendimentos. A memória dos moradores de Araquembaua revela, assim, uma interpretação histórica que questiona o discurso do progresso e expõe suas contradições. Ao articular essas narrativas com a historiografia amazônica, este trabalho atinge seus objetivos ao demonstrar que a UHE Tucuruí produziu impactos duradouros sobre o rio, o território e os modos de vida da comunidade quilombola.

As narrativas evidenciam a percepção de que os benefícios associados ao empreendimento foram distribuídos de forma desigual, privilegiando os espaços urbanos em detrimento das comunidades tradicionais situadas em seu entorno. Ao confrontarem as promessas de progresso com as perdas ambientais, econômicas e territoriais vividas, os moradores constroem uma memória que questiona o modelo desenvolvimentista adotado e explicita suas contradições, reafirmando a centralidade do território e do rio nos modos de vida da comunidade quilombola, ainda nos dias atuais.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos socioambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí

sobre a comunidade quilombola Araquembaua, no município de Mocajuba (PA), no período compreendido entre 1974 e 1994. Ao articular memória, território e rio, a pesquisa buscou compreender de que maneira um grande empreendimento estatal, concebido sob a lógica do progresso e do desenvolvimento, interferiu nos modos de vida, nas práticas produtivas e nas relações socioculturais de uma comunidade tradicional amazônica.

A adoção da História Oral como principal estratégia metodológica mostrou-se fundamental para o alcance desses objetivos. Diante da escassez de registros documentais sobre Araquembaua nos arquivos oficiais e na imprensa, as narrativas dos moradores revelaram-se não apenas fontes complementares, mas centrais para a construção do conhecimento histórico. As entrevistas permitiram acessar experiências, percepções e interpretações que dificilmente seriam captadas por documentos institucionais, evidenciando a memória como campo legítimo de produção histórica, conforme apontam Thompson (1992) e Le Goff (1990).

Os relatos analisados demonstram que, antes da construção da usina, a comunidade mantinha uma relação profundamente integrada ao rio Tocantins, que estruturava o trabalho, a alimentação e o cotidiano. A pesca artesanal, a agricultura de subsistência e o uso coletivo do território garantiam relativa autonomia alimentar e estabilidade social. A efetivação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí é percebida, de forma convergente pelos entrevistados, como um marco de ruptura, responsável por alterar a dinâmica fluvial, reduzir a biodiversidade e comprometer práticas tradicionais fundamentais para a reprodução social da comunidade, como o ato de pescar para a casa.

Apesar dos impactos profundos e da assimetria de poder, o estudo também evidenciou que a comunidade quilombola Araquembaua não permaneceu passiva diante das transformações impostas. As estratégias de mobilização, negociação com agentes políticos, deslocamentos à cidade e formas de solidariedade interna revelam práticas de agência e resistência cotidiana. Ainda que marcadas por limites e frustrações, essas ações demonstram a capacidade da comunidade de buscar alternativas para permanecer no território.

Além disso, o presente estudo abre caminhos para reflexões e investigações futuras que não puderam ser plenamente exploradas no escopo deste trabalho. Destaca-se a possibilidade de aprofundar a análise das políticas de compensação e mitigação adotadas pela Eletronorte e pelo Estado ao longo das décadas posteriores à implantação da usina, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento formal das comunidades atingidas a jusante do barramento.

Outro campo promissor refere-se à relação entre identidade quilombola, território e impactos ambientais, investigando de que maneira as transformações impostas pela hidrelétrica influenciaram processos de afirmação étnica, organização política e reivindicação de direitos. Ademais, estudos comparativos entre Araquembaua e outras comunidades ribeirinhas e quilombolas afetadas pela UHE Tucuruí podem contribuir para uma compreensão mais ampla dos efeitos regionais do empreendimento. Por fim, o acompanhamento das memórias das gerações mais jovens surge como uma temática relevante, permitindo analisar como o passado narrado pelos mais velhos é ressignificado no presente e garantindo a continuidade da memória coletiva.

Dessa forma, o trabalho atinge seus objetivos ao demonstrar que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí produziu impactos socioambientais duradouros sobre o rio Tocantins, o território e os modos de vida da comunidade quilombola Araquembaua. Ao valorizar as memórias locais e articulá-las com o debate historiográfico, a pesquisa contribui para a História Ambiental e Social da Amazônia, ampliando a visibilidade de comunidades historicamente marginalizadas e reafirmando que o desenvolvimento, quando imposto sem diálogo e sem justiça socioambiental, produz mais rupturas do que benefícios.

Ao registrar essas narrativas, o trabalho também cumpre um papel social e político, ao preservar a memória da comunidade e reafirmar a pesquisa histórica como instrumento de resistência, pertencimento e reflexão crítica sobre o passado e o presente amazônico.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. *urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 1, n. 1, 2009.

ARAÚJO, Neiva Cristina de; MORET, Artur de Souza. Direitos humanos e hidrelétricas: uma análise dos impactos socioambientais e econômicos gerados em Rondônia. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, 2016.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.11, n. 26, p. 255-286, jan./abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PIRATOBA, Diana Nathaly Monroy. *Dinâmica temporal da paisagem: mudanças, percepções e dificuldades de recuperação na RDS Alcobaça, área de influência da UHE Tucuruí/PA*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens: direitos humanos e cidadania. *Revista Direito & Praxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2015.

THUM, Carmo. Povos e comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 2017.